

"AS MULHERES FAZEM O PAÍS ACONTECER"

Marcia Lopes, ministra das mulheres defende políticas públicas em escala, integração entre os Poderes e alerta para avanço da misoginia nas redes como novo eixo da violência contra mulheres

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 31 de março de 2026 Nº 230

FOTO: PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Brenno Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraze,

Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CAPA

Marcia Lopes - “As mulheres são coletivas e movem o país”

pág. 04

POLÍTICA

Extrema direita espalha fake news para atacar PL da Misoginia aprovado no Senado

pág. 08

Tarcísio é alvo de críticas por pedágios, Banco Master e atraso no monotrilho

pág. 10

CPMI do INSS chega ao fim sem um relatório final

pág. 12

Lideranças progressistas de quatro países defendem a

unidade como caminho na defesa da democracia

pág. 14

“Os imperialistas não querem um povo que consiga avançar”, diz Hossein Khaliloo em debate sobre soberania dos povos

pág. 16

Em Porto Alegre, 1ª Conferência Antifascista debate origem e desafios do avanço da extrema direita

pág. 18

As ameaças da ultradireita e do imperialismo foram temas de debate na Conferência antifascista

pág. 20

Carta de Porto Alegre: unidade contra o fascismo e pela soberania dos povos

pág. 23

CULTURA

62 anos do golpe de 1964: cinco documentários para entender a ditadura militar no Brasil

pág. 25

INTERNACIONAL

Genocídio na Faixa de Gaza ainda está em curso, denunciam especialistas

pág. 27

EUA realizaram mais de 3 mil atos contra Trump no último final de semana

pág. 29

“As mulheres são coletivas e movem o país”

Ministra das Mulheres destaca o papel coletivo das mulheres na reconstrução social do país, defende políticas públicas integradas e alerta para o avanço da violência e da misoginia nas redes

Guto Alves e Fernanda Estima

“Se a gente não quebrar esse ciclo, não muda.” A frase da ministra das Mulheres, Marcia Lopes, não é apenas um diagnóstico, mas um alerta sobre a profundidade de uma violência que atravessa a história brasileira e segue se reproduzindo no presente.

À frente da pasta responsável por articular políticas de enfrentamento à violência de gênero, ela fala a partir de uma trajetória marcada pela construção de políticas públicas e pela experiência direta na implementação de programas sociais em escala.

Em entrevista à Focus Brasil, Lopes sustenta que o país vive hoje um momento de reconstrução, após anos de desmonte institucional, mas que ainda enfrenta o desafio central de fazer o Estado chegar antes da violência.

Com uma média de quatro feminicídios por dia, o Brasil expõe

não apenas a brutalidade dos números, mas os limites históricos de uma resposta fragmentada. Para a ministra, não se trata apenas de endurecer leis ou ampliar punições.

“Não é só lei, é o sistema que precisa funcionar”, afirma, ao defender a integração entre União, estados e municípios como condição para que políticas públicas sejam, de fato, implementadas. “É preciso decisão política dos Estados e Municípios”, arremata. Ao mesmo tempo, aponta que há caminhos concretos já em curso, especialmente quando há decisão política e investimento contínuo em redes de proteção.

A Ministra das Mulheres destaca ainda o papel coletivo das mulheres e dos movimentos sociais na reconstrução social do país, defende políticas públicas integradas e alerta para o avanço da violência e da misoginia nas redes sociais.

Políticas para mulheres ainda representam desafios

Ao longo da entrevista, Lopes articula duas frentes que considera indissociáveis. De um lado, a reconstrução institucional, com a recriação do Ministério das Mulheres, a retomada de programas e a articulação entre os três Poderes por meio do pacto nacional contra o feminicídio.

“O Estado chega antes quando ele estrutura uma rede de serviços adequada”, diz, ao citar experiências municipais que conseguiram reduzir drasticamente a violência a partir da organização integrada de políticas.

De outro, um campo mais difuso, mas igualmente decisivo: a disputa cultural. Para a ministra, o enfrentamento ao feminicídio exige romper com padrões profundamente enraizados na sociedade brasileira, o que passa pela educação, pela mídia e pelas for-



mas de sociabilidade contemporâneas. Nesse ponto, ela aponta um novo vetor de agravamento da violência.

“Se a gente não enfrentar isso, esse discurso de ódio vai só se reproduzir”, afirma, ao tratar da misoginia nas redes e da transformação da violência digital em um ambiente organizado e lucrativo.

Entre a estrutura do Estado e a formação da cultura, a ministra vê um ponto de convergência: a capacidade de dar escala às políticas públicas.

“Quando a gente deu escala, as coisas mudaram”, lembra, retomando sua experiência na implementação de programas sociais. Para ela, é nesse cruzamento entre integração institucional e mudança cultural que se decide o futuro do enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.

- Ministra, a gente está, em 2026, com uma média de quatro feminicídios por dia. Assistindo ao noticiário antes de recebê-la, noticiaram outro caso escabroso no interior de São Paulo – todo dia que a gente amanhece, tem outro. Como é que a gente faz para que o Estado deixe de só resolver isso depois que a violência

já aconteceu? Como que a gente vai antecipar, o Estado chegar antes?

- Na verdade, acho que esse é um dos maiores desafios atuais do Estado brasileiro e da sociedade. Acho que uma primeira questão é a gente entender que essa situação de violência, que sempre existiu e que foi naturalizada, enfim, é preciso que a gente tenha a devida noção da dimensão estrutural que ela tem e como nós temos que, então, criar estratégias para enfrentar isso.

Enfrentar uma questão estrutural no Brasil nunca é fácil. Nós temos o racismo, a homofobia, a transfobia, preconceitos de toda natureza, inclusive em relação à questão da mulher. A gente fica repetindo que isso é resultado de um processo do patriarcado, mas, na verdade, é uma questão planetária. Nós tivemos agora na CSW, o maior evento mundial de mulheres da ONU, e não encontramos nenhum país que dissesse que não tem violência contra a mulher. Então, essa é uma questão crucial, estrutural, marcada pelo machismo e pela misoginia. E, dependendo da conjuntura, isso vai se aprofundando.

No Brasil, a gente viveu um pe-

ríodo muito difícil. Quando um governo não cuida das vidas, estimula o uso de armas, desvaloriza, ofende as mulheres, isso tem consequência direta. Entre 2016 e 2022 houve ruptura de políticas públicas, redes desmontadas, ausência de diálogo. Reconstruir isso dá muito trabalho, custa mais caro e demora mais tempo.

Então, quando o presidente assume e cria o Ministério das Mulheres, ele demarca um compromisso com uma política intersetorial. E, quando você pergunta como chegar antes da violência, me parece que são duas grandes dimensões.

Uma dimensão é o Brasil assumir mesmo essa perspectiva de conectar essa realidade com essa formação machista, misógina, com essa cultura. Se a gente não quebrar esse ciclo, esse modo de agir, não muda. É ter a devida noção do que seja igualdade de gênero, igualdade de raça, etnia. Isso depende de formação, depende de estar na educação o tempo todo, nos currículos escolares, desde criança até adulto, e depende também da mídia, da imprensa, dos meios de comunicação falarem sobre isso e valorizarem esse debate.

A outra dimensão é estrutural. O Estado chega antes quando ele estrutura o município, o governo estadual e o governo federal. Nós temos experiências incríveis. Municípios que estão há mais de um ano sem feminicídio, como Niterói e Cabo de Santo Agostinho. Isso acontece quando há uma decisão política da liderança e quando se tem investimento nessa rede de proteção.

Para denunciar, a mulher precisa ter segurança, precisa ter confiança. Ela precisa saber que, ao denunciar, vem um procedimento posterior que a proteja, que contemple medidas rápidas, acompanhamento, e que ela tenha acesso à rede de políticas públicas — saúde, assistência, escola, trabalho. Ou seja, a rede funcionando em escala.

Esse foi o meu aprendizado no Fome Zero. Quando a gente deu escala ao Bolsa Família, ao Pro-
naf, as coisas mudaram.

- Qual seria a primeira mudança concreta que uma mulher em risco vai perceber nesses próximos meses aqui no país? A senhora tem dito que não basta ter lei, é preciso que todo o sistema cumpra o protocolo de gênero. Onde hoje o sistema, na sua opinião, mais falha nessa abordagem? É na polícia, no acolhimento da vítima, no Judiciário, na assistência?

- Primeiro dizer que no Brasil nada é simples. Uma coisa é a gente pensar na aplicação de uma lei ou de um projeto numa capital onde já tem instalada uma rede de serviços. Outra coisa é pensar como é que nós vamos aplicar isso num município ribeirinho que fica 12, 15, 20 horas de barco de qualquer serviço. Às vezes até mais.

São 5.570 municípios com características muito próprias. O que a gente observa é que, quando há um governo comprometido,

no nível federal ele cofinancia, coordena, impulsiona iniciativas. Um governo democrático, como o do presidente Lula, se abre, escuta, conhece o território.

O pacto é uma iniciativa do nível federal. Juntamos Legislativo, Executivo e Judiciário, criamos um comitê interinstitucional para dizer o que cada um faz e o que precisa fazer melhor, e depois articulamos com estados e municípios.

Já vemos movimento. Municípios criando fóruns, articulando os três poderes. Isso já mudou. A articulação está sendo convocada, há mais condição de cobrança, e as leis começam a avançar, como a criminalização da misoginia.

Também há ações concretas. Operações que prenderam cinco mil homens, muitos foragidos há anos. Mudanças no uso da tornozeleira eletrônica, com mais agilidade. Isso já é uma demonstração de que o Estado está se movendo.

Então, onde falha? Falha na articulação. Não é só polícia, Judiciário ou assistência. É tudo junto. Quando essa rede não funciona integrada, falha. E tem também a questão da visão institucional. Ainda há situações em que mulheres são desencorajadas a denunciar. Temos poucas mulheres como policiais, promotoras, juízas, e isso impacta no acolhimento. Mas eu não tenho dúvida de que esse pacto já está trazendo mudança. Está criando um ambiente em que as autoridades vão ter que agir.

- A senhora mencionou a articulação com os demais ministérios e também a relação com o movimento de mulheres. O movimento parece querer atuar junto do governo nessa batalha.

- Não há dúvida. Foi muito importante, porque todas as minhas agendas foram articuladas com os movimentos. Há engajamento, interesse, necessidade de direção.

Nós temos o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres com forte participação da sociedade civil. Temos fóruns de mulheres de diferentes segmentos — quilombolas, indígenas, trabalhadoras, pessoas com deficiência.

Mas o que eu sinto ainda é muita fragmentação. Grupos fazendo coisas importantes, mas isolados. A gente precisa juntar, precisa dar escala. Porque o Brasil é muito grande. Quando a gente dá escala, as coisas acontecem.

- A senhora também está com ações na área da educação. Vai ter parceria com o MEC? Como entra a Lei Maria da Penha nas escolas?

- Esse é um ponto central. Toda vez que a gente fala de política pública, a gente diz: tem que estar na educação. Porque é ali que se forma a cultura. Desde o berçário até a vida adulta. Estamos trabalhando com o MEC para regulamentar a Lei Maria da Penha nas escolas. Isso muda tudo.

No governo passado, a palavra “gênero” foi retirada. Hoje estamos retomando esse debate. É uma lei sancionada e vamos fazer com que chegue às escolas. Também estamos avançando nas universidades, com políticas de prevenção à violência, e implantando as cuidotecas, para garantir condições para que as mulheres estudem e trabalhem.

- E também as políticas estruturantes, como as Casas da Mulher Brasileira.

- Sim. Estamos ampliando. Vamos chegar a 43 casas. Também ampliando centros de referência, com acolhimento, assistência social, psicológica, formação. Temos iniciativas como lavanderias coletivas, que reorganizam o tempo das mulheres e criam espaços de convivência. E temos o desafio da igualdade salarial. Mulheres ainda ganham 21% a menos. Isso é cumprimento da lei.

- Eu queria pedir que a senhora falasse rapidamente sobre a questão da misoginia nas redes, que vai virar mais uma batalha no nosso campo, não? A regulamentação, o acompanhamento.

- Então, nessa conferência internacional nós tiramos uma declaração muito importante, muito avançada. Porque, entre os países, não é simples avançar nisso. Falar em igualdade de gênero não é tão simples de aparecer nos documentos. Mas conseguimos construir uma lei modelo sobre violência digital.

E essa lei modelo nós já trouxemos para o Brasil assumir. Já temos na Câmara projetos apresentados sobre violência digital. O Brasil já tinha avançado em outras áreas, como a lei da adulteração das crianças, a restrição de celulares nas escolas. Agora o governo vai editar um decreto importante sobre isso.

Porque é inadmissível o que tem acontecido. Se a gente não enfrentar isso, esse discurso de ódio, a misoginia vai só se reproduzir. Hoje há uma indústria da violência digital. Deepfakes, deep nudes, redes organizadas. Isso atinge principalmente jovens e virou um negócio econômico. E os donos das plataformas não têm responsabilidade. Muitas vezes, ao contrário, incentivam esse tipo de conteúdo.

Então esse processo de naturalização, da “brincadeira”, da piada, das músicas, de tudo isso, vai construindo uma cultura de violência. Isso exige de nós uma mudança profunda. As redes precisam de uma transformação drástica. O Estado tem que regulamentar. Não adianta trabalhar isso na escola e deixar as redes reproduzirem violência em larga escala. Crianças muito novas já estão expostas a isso. Então precisamos transformar esse ambiente para que as redes sejam instrumento de proteção, de aprendi-



Reprodução

zado, de socialização das coisas boas que o Brasil produz. E, ao mesmo tempo, quando eu viajo e encontro as mulheres, eu vejo a capacidade que elas têm de reconstruir, de mobilizar.

As mulheres não são egoístas. Elas são coletivas. Pensam nas outras, nas famílias, nos territórios. E isso me encanta muito. Eu vejo a capacidade que elas têm de levar um país à frente.

- Estamos há pouco mais de dez anos depois de eleger a primeira mulher presidenta da República, e hoje não consegue garantir uma representação feminina consistente no Congresso. Como trabalhar essa formação política das mulheres, preparar essas lideranças e enfrentar esse cenário? Que país é esse que elegeu uma ex-guerrilheira presidenta e hoje vive esse estado de violência e baixa representação?

- Nós avançamos muito com a Lei Maria da Penha, quando ela caracteriza os tipos de violência doméstica, sexual, psicológica. Depois vem também a violência patrimonial, que é justamente

essa tentativa de criar dependência nas mulheres.

E aí nós temos inúmeras violências, inclusive a violência política de gênero. Foi a primeira atividade que eu participei, quando tratamos desse tema. Porque nós temos hoje 513 parlamentares, sendo 91 mulheres, e é impressionante o nível de violência que elas sofrem todos os dias.

Ao mesmo tempo, são elas responsáveis por mais de 44% da produção legislativa da Câmara.

Com a presidenta Dilma aconteceu algo muito semelhante. Uma trajetória exemplar, uma mulher que foi ministra, chefe da Casa Civil, e que sofreu uma violência absurda, que foi o impeachment. E depois se reconhece que não houve crime.

Então eu penso que o Brasil ainda deve uma reparação à presidenta Dilma. Essa violência política é cotidiana. Vereadoras contam o que passam, mulheres em todos os espaços passam por isso.

Então isso impacta diretamente a renovação do Congresso, como o presidente Lula tem colocado, e exige que a gente enfrente esse debate com mais força.



Extrema direita espalha fake news para atacar PL da Misoginia aprovado no Senado

Extrema direita usa fake news para distorcer o PL da misoginia e espalhar desinformação nas redes

Henrique Nunes

A aprovação do chamado PL da Misoginia no Senado Federal desencadeou uma ofensiva de desinformação nas redes sociais. Lideranças e páginas da extrema direita passaram a distorcer o conteúdo do projeto para gerar pânico e deslegitimar a proposta, aprovada por unanimidade.

O Plenário do Senado Federal aprovou, em 24 de março, o Projeto de Lei 896/2023, popularmente chamado de PL da Misoginia. A iniciativa incluiu o ódio, desprezo, aversão ou preconceito extre-

mo direcionado a mulheres no rol dos crimes de preconceito e discriminação previstos na Lei do Racismo (7.716/1989).

A matéria foi aprovada por 67 votos a favor e nenhum contra, e segue agora para análise da Câmara dos Deputados. Caso seja aprovado, o projeto tornará crime a prática de misoginia, com reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

Considerada uma vitória em meio a números alarmantes de violência contra a mulher, a iniciativa tem sido alvo de diversas notícias falsas publicadas por lideranças e páginas da extrema direita, com o intuito de enfraquecer a pauta feminista e manter a sociedade sob controle do patriar-

cado, que tem no machismo a sua face mais usual. Não se trata de um caso isolado. A disseminação de desinformação tem sido uma estratégia recorrente em campanhas recentes da extrema direita, especialmente em temas ligados a direitos sociais, políticas públicas e pautas de gênero.

Uma das principais fake news viralizadas logo após a aprovação do PL tenta convencer a população de que, a partir da lei, os homens “não poderão nem dar bom dia para as mulheres sob o risco de serem presos”.

A informação, no entanto, não é verdadeira. A proposta define misoginia como condutas que manifestam ódio ou aversão a mulheres, baseadas na crença da



supremacia do gênero masculino. Cumprimentos, opiniões, discordâncias educadas ou perguntas sobre TPM não configuram crime de misoginia, segundo a relatora da proposta, Soraya Thronicke (Podemos-MS).

O projeto, ainda segundo a relatora, não proíbe o debate de ideias ou a discordância política e social. Ele visa punir a incitação à violência e a discriminação grave que atente contra a dignidade humana, seguindo a lógica já aplicada à Lei do Racismo.

Fake news usam trechos fora de contexto para atacar o projeto

Um dos maiores críticos da lei é o deputado federal de extrema direita Nikolas Ferreira (PL). O parlamentar mineiro, imediatamente após a aprovação do PL, passou a usar as redes para compartilhar desinformação.

Um dos posts, retirado do ar depois de desmentido, foi sobre uma discussão entre o apresentador Joelson Giordani e a professora Lourdes Melo (PCO-PI), em um debate nas eleições de 2022. “Se for aprovado na Câmara, esse

homem iria preso por misoginia. Que hospício”, escreveu.

O texto exibido pelo mineiro na postagem pertence, na verdade, a outra proposta, o PL nº 4224/2024, que pretende instituir a Política Nacional de Combate à Misoginia. Esse segundo projeto ainda não foi submetido à votação do plenário.

Outro boato que tem circulado é o de que a lei permitiria que funcionárias denunciem seus superiores por misoginia caso recebam críticas profissionais ou sejam advertidas no trabalho. A desinformação sugere que qualquer interação de autoridade masculina sobre uma mulher seria interpretada como crime, gerando um pânico sobre a viabilidade das relações trabalhistas e a contratação de mulheres.

No texto do PL está claro que cobranças profissionais, avaliações de desempenho e ordens administrativas legítimas não se enquadram no tipo penal. A lei busca punir o “assédio moral e a humilhação baseada na desvalorização da mulher por ser mulher”, e não a gestão cotidiana de empresas.

Fake news sobre o PL da misoginia ampliam disputa

Outra narrativa falsa afirma que o verdadeiro objetivo do PL não seria defender as mulheres, mas privilegiar mulheres trans em detrimento das mulheres cis. Algumas publicações alegam que a lei seria uma manobra ideológica para “apagar” o gênero feminino tradicional e proteger exclusivamente identidades de gênero específicas.

O texto do projeto, porém, é abrangente e foca na proteção de todas as mulheres contra o ódio e a aversão de gênero. O objetivo central é combater a estrutura de violência que atinge o sexo feminino na sociedade, independentemente das pautas identitárias citadas nos boatos. A proposta foi aprovada por unanimidade no Senado justamente por seu caráter de proteção geral contra a violência de gênero.

A aprovação unânime no Senado evidencia esse caráter amplo, o que não impede que a desinformação siga sendo utilizada como ferramenta de disputa política sobre o tema.



Tarcísio é alvo de críticas por pedágios, Banco Master e atraso no monotrilho

Pedágios free flow, escândalo do Banco Master e aumento de feminicídios ampliam desgaste do governo Tarcísio em São Paulo

Rose Silva

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem sofrido desgaste com a instalação em massa dos chamados pedágios “free flow”, que fazem cobrança automática dos veículos.

De acordo com levantamento da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da FGV, que analisou cerca de 300 mil menções ao tema entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026 em plataformas como X, Instagram, YouTube, Fa-

cebook, Bluesky e fóruns online, Tarcísio aparece em aproximadamente 22% das publicações sobre pedágios, sendo o político mais associado ao tema — associação marcada por forte caráter negativo.

Os conteúdos com maior engajamento, incluindo os 25 posts mais relevantes, são majoritariamente críticos ao modelo de pedágio e citam diretamente o governador paulista.

Outro tema que rende desgaste ao governador é o escândalo do Banco Master, liquidado em 2025 pelo Banco Central após a constatação de uma fraude bilionária protagonizada pelo dono, Daniel

Vorcaro, preso por gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e venda de carteiras de crédito fictícias, após investigação da Polícia Federal.

Na campanha eleitoral, Tarcísio recebeu R\$ 2 milhões do pastor e empresário Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Zettel é operador financeiro ligado a fundos e empresas do conglomerado Master, como a Moriah Asset e a Super Empreendimentos, configurando um vínculo direto entre o governador e a cúpula do banco investigado.

Além disso, no segundo ano de governo, Tarcísio promoveu a



privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), vendida ao Fundo Phoenix FIP por R\$ 1,04 bilhão. Após a privatização, a estatal aplicou R\$ 160 milhões em CDBs do Letsbank, banco ligado ao conglomerado do Banco Master, representando 5,88% do ativo consolidado da Emae, o que liga os recursos obtidos com a privatização ao banco do cunhado de um grande doador da campanha, o que compromete o governo.

A prisão de Daniel Vorcaro e ex-CEOs do banco, na Operação Compliance Zero, revelou movimentações suspeitas que podem chegar a R\$ 12,5 bilhões envolvendo fundos, CDBs e outros produtos financeiros do conglomerado.

Tarcísio: Segurança pública e obras ampliam desgaste

Na área da segurança, o estado de São Paulo registrou 55 feminicídios nos dois primeiros meses do ano, conforme dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP). A quantidade corresponde a um caso a cada 25 horas — praticamente um por dia —, o que demonstra crescimento relevante e pressão sobre a política de segurança pública do estado.

O governo do estado entregou, com 12 anos de atraso, a Linha 17-Ouro do monotrilho, que liga a região do Morumbi ao Aeroporto de Congonhas, na zona sul da capital. A linha começou em operação

assistida, com horário reduzido. A obra chegou a figurar entre as mais paradas do estado, ao lado do Rodoanel.

Em março, o governador vetou integralmente o Projeto de Lei 818/2023, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que ampliava a responsabilização de agressores de animais. A proposta previa que infratores pagassem todos os custos veterinários, além de multas e participação obrigatória em programas educativos. O veto foi justificado com base na existência de leis já vigentes, mas o projeto buscava avançar na responsabilização financeira e na prevenção da violência contra animais.



financeiros, empresariais e políticos na movimentação de bilhões de reais por meio de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões. O documento poupou nomes de peso do esquema.

Já o relatório da maioria governista, mesmo sem ter sido votado, reuniu pedido de indiciamento de 130 pessoas e, segundo parlamentares do PT, apontou o aprofundamento das investigações sobre outros 71 envolvidos, entre pessoas físicas e jurídicas.

Também incluiu Jair Bolsonaro entre os nomes politicamente responsabilizados no escândalo, numa tentativa de confrontar o que a base governista classificou como “relatório da mentira”, elaborado para encobrir o papel de figuras ligadas ao bolsonarismo. O documento, que pode ser acessado aqui, será entregue no dia 7 de abril, à Controladoria-Geral da União (CGU), à Polícia Federal (PF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR)

Na PGR, o objetivo é abrir caminho para a responsabilização criminal e política, inclusive com

o eventual oferecimento de denúncia ao STF em casos com foro privilegiado, além de pedidos de abertura de inquérito e de análise da conduta de autoridades.

Já a PF é o braço que transforma a suspeita política em investigação policial concreta, com inquéritos, operações, quebras de sigilo mediante ordem judicial e estruturação de provas. A CGU, por sua vez, cumpre papel decisivo na responsabilização administrativa, na revisão de contratos e acordos, na punição de servidores e empresas e na recuperação de recursos desviados.

Essa linha de atuação se apoia também no argumento de que a principal resposta concreta ao escândalo já não depende mais do destino formal da CPMI. Segundo balanço divulgado pela rede PT de Comunicação, com base em dados do governo, o Executivo federal já devolveu R\$ 2,9 bilhões a aposentados e pensionistas, com 4,3 milhões de pessoas ressarcidas. Ações judiciais contra pessoas físicas e jurídicas investigadas já resultaram no bloqueio de R\$

5,2 bilhões em bens, demonstrando que foi a atual gestão que investigou, estancou a fraude e iniciou o processo de devolução do dinheiro, em contraste com o governo anterior, acusado de ter criado o ambiente normativo e político que permitiu a expansão da engrenagem criminosa dentro do INSS.

Fundação ligada à Igreja Lagoinha

Reportagem da Revista Fórum revelou, com exclusividade, uma denúncia apresentada pelo deputado Rogério Correia (PT-MG) ao STF, apontando que Carlos Viana, senador de Minas Gerais, destinou R\$ 3.787.908,00 em emendas parlamentares, entre 2023 e 2025, à Fundação Oásis, ligada à Igreja Lagoinha de André Valadão, em Capim Branco (MG), unidade que teria atendido apenas cinco idosos do município, segundo dados citados na representação. A reportagem afirma que o ministro Flávio Dino rejeitou explicações apresentadas pelo senador e requisitou documentos a prefeituras, governo federal e à própria fundação, diante de suspeitas sobre transparência, rastreabilidade e eventual desvio de finalidade nos repasses.

Ainda segundo a Fórum, relatório da CGU mencionado no processo aponta uma série de possíveis irregularidades: direcionamento extralegal de recursos, ausência de chamamento público, situação fiscal irregular da entidade e aplicação de parte da verba no mercado financeiro sem objeto definido. As revelações reforçam a crítica dos deputados da base de que a condução final da CPMI combinou o bloqueio do relatório da maioria com a resistência a aprofundar as apurações sobre conexões políticas, religiosas e financeiras que orbitam o caso.



Lideranças progressistas de quatro países defendem a unidade como caminho na defesa da democracia

Representantes do Brasil, Colômbia, França e Espanha debatem alternativas para resistir ao avanço da extrema direita durante a 1ª Conferência Internacional Antifascista, realizada em Porto Alegre (RS)

Henrique Nunes

Ainda que a democracia resista em diversas partes do mundo, pelas mãos de representantes do campo progressista como Lula, no Brasil, e Gustavo Petro, na Colômbia, a ameaça de ideais autoritários segue em curso e mantém a luta contra a extrema direita como pauta prioritária. Para vencê-la, um dos caminhos é ampliar a unidade global, mobilizar movimentos populares e eleger o máximo possível de lideranças de esquerda.

Este foi um dos pontos debatidos durante uma das mesas da 1ª

Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, ocorrida entre os dias 26 e 29 de março de 2026, na cidade de Porto Alegre (RS), com a participação de 3.500 pessoas de mais de 40 países. O evento se consolidou como um dos principais encontros realizados para enfrentar o avanço da extrema direita no calendário atual.

Na mesa “Resistência, Articulações e Alternativas Democráticas”, realizada no sábado (29), participaram Donka Atanassova (vereadora do Pacto histórico-Colômbia), Manon Aubry (eurodeputada do LFI/França, vice-presidenta do grupo The Left), Fernanda Gadea (ATTAC/Espanha), Ana Maria Prestes (SRI/PCdoB),

Roberto Robaina (vereador e presidente do PSOL/Porto Alegre), e Valter Pomar (diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo). A medição foi de Damian Hazar, representante do Fórum Social Mundial.

A primeira a falar foi Fernanda Gadea e um dos assuntos enfatizados por ela foi a perseguição sem precedentes aos imigrantes na Europa e como a Espanha tem conseguido ir na contramão do continente ao abrir as portas para pessoas de outros países. “Recentemente, a nossa luta conseguiu legalizar a permanência de mais de 800 mil imigrantes com documentação. Infelizmente é preciso que um papel comprove a existência de alguém”, resumiu.

Embora a ameaça da extrema direita seja permanente, Fernanda se mostrou otimista com a articulação dos campos progressistas com ações e eventos agendados para acontecer no mundo todo. Um dos destaques da agenda é o Fórum Social Mundial, que será em Cotonou, Benim, na África Ocidental, entre 4 e 8 de agosto. “Precisamos cobrar dos países considerados emergentes que revejam suas políticas imigratórias e que abaxiem as suas cabeças e peçam perdão de verdade pela dívida que possuem com as demais nações. Isso deve ser feito com ações, não com palavras”.

Donka Atanassova, da Colômbia, elogiou a realização da Conferência Antifascista em Porto Alegre, mas alertou para a urgência em ampliar os espaços de debate e articulação contra os avanços da extrema direita. “Vamos precisar cada vez mais qualificar os espaços de luta que temos e conseguir fazer essa fortaleza em termos de organização. Temos que valorizar as experiências ocorridas no mundo todo e que têm conseguido fazer o enfrentamento contra esse poder que ameaça a diversidade dos povos. Para vencê-lo,

precisamos ampliar a nossa força e unidade”.

O atual governo colombiano (2022-2026) é liderado por Gustavo Petro, o primeiro presidente de esquerda da história do país e marca também a força dos movimentos populares locais. A marca de sua gestão até agora tem sido a realização de diversas reformas, como a trabalhista e da aposentadoria. No entanto, seu trabalho tem sido constantemente ameaçado pelos interesses da elite colombiana, alinhada com o conservadorismo e com ideais autoritários.

Brasil inspira França

A deputada francesa Manon Aubry endossou o posicionamento de que é preciso realizar o enfrentamento de maneira global e citou o Brasil como exemplo de luta popular. “É preciso unir os fronts e é muito importante dizer que o movimento do qual faço parte na França tem como slogan “um outro mundo é possível”, ideia que surgiu aqui no Brasil e que inspirou as nossas mobilizações. Nós somos herdeiros dos movimentos populares e sociais brasileiros e que ecoaram na França”.

Manon apresentou um panorama do cenário político francês com a ascensão de partidos de extrema direita e a validação de discursos de ódio. “No cotidiano esses grupos fascistas votam contra o aborto num dia, contra a população LGBT no outro e depois contra a população estrangeira. Por isso eu quero dizer aqui que todo mundo que se diz de esquerda e que não participa da luta contra essa escalada da extrema direita colabora com o outro lado”.

A ativista aproveitou para convocar todos os militantes e movimentos sociais para que sigam trabalhando na ampliação e renovação da esquerda no mundo. “Não podemos pedir desculpas

por ser de esquerda. Temos que ter orgulho. Vamos à luta”.

Inspiração no passado

Ana Maria Prestes, do PCdoB, fez questão de ressaltar a trajetória de importantes movimentos progressistas do Brasil como a Coluna Prestes, iniciada no Rio Grande do Sul. “Há 100 anos saía daqui a Coluna Prestes e marchou mais de 25 mil quilômetros e um dos primeiros movimentos de libertação e denúncia contra a opressão de um governo autoritário no país. Também quero lembrar que Luís Carlos Prestes pela criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), primeira iniciativa antifascista do Brasil”, exaltou Ana, que é neta do revolucionário conhecido como Cavaleiro da Esperança.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma frente ampla de esquerda brasileira, fundada em março de 1935, com caráter anti-imperialista, antifascista e anti-integralista. Com forte apoio do PCB e liderança nominal de Luís Carlos Prestes, a organização popular defendia reforma agrária, não pagamento da dívida externa e um governo popular.

Ana encerrou sua fala listando os casos recentes de ataques fascistas, sobretudo orquestrados pelo presidente dos EUA, Donald Trump, como a captura de Nicolás Maduro, na Venezuela, e a guerra iniciada no Irã. “Alguém tem dúvida de que esses povos estão sofrendo com as bombas que impactam todos nós? O cerco contra Cuba, por exemplo, é um cerco contra todos nós. E não se enganem, pois toda a América Latina está na mira de Trump. Temos que ficar de olho no que está acontecendo e ampliar a nossa resistência”.

Combate simultâneo

O diretor de Cooperação Internacional da FPA, Valter Pomar, elogiou a realização da Conferên-

cia Antifascista e lembrou que iniciativas semelhantes já haviam sido organizadas no passado, mas que não tiveram êxito por diversas razões. “Por isso é muito importante que façamos um bom balanço dessas atividades e que na nossa opinião é perpetuar a diversidade, como ocorreu nesta edição, o lugar correto e adequado que se dá aos partidos e movimentos populares, e enfatizar o que acontece na América Latina e na África, espaços que têm papéis decisivos para uma outra correlação de forças internacional”.

Pomar reiterou que o combate ao fascismo exige combater o neoliberalismo e o imperialismo. “O problema é que o epicentro desses movimentos autoritários são os Estados Unidos, que são também o epicentro do capitalismo. Mas nós não temos medo de mobilizar a classe trabalhadora e os povos nesta luta. Nossas ideias são melhores, mas precisamos de força para lutar contra eles. Nós não queremos apenas resistir. Nós queremos vencer. Nós queremos derrotar antes que eles derrotem a humanidade e inviabilizem a vida no planeta. Nossa vitória tem que começar desde já, com eleições no Brasil, na Colômbia e em todos os cantos do planeta”.

Roberto Robaina, do PSOL, finalizou ao lembrar que os “desafios estão à nossa frente” e a unidade da esquerda é urgente. “A experiência histórica mostra que é necessária a unidade. A unidade não significa o ocultamento das diferenças, não debater as diferenças, mas significa definir os elementos primordiais que devem nos unir. A união contra o fascismo é uma bandeira básica. Nós seguiremos firmes. No Brasil o nosso desafio é derrotar Bolsonaro porque ele é a representação do fascismo por aqui. Este é o desafio eleitoral que está posto e ele só será vencido se ocuparmos também as ruas”.



“Os imperialistas não querem um povo que consiga avançar”, diz Hossein Khaliloo em debate sobre soberania dos povos

Mesa da 1ª Conferência Internacional Antifascista, em Porto Alegre, reuniu representantes de diferentes países em defesa da solidariedade internacional, de Cuba e da autodeterminação dos povos

Fernanda Otero

Durante a 1ª Conferência Internacional Antifascista e pela Soberania dos Povos, realizada de 26 a 29 de março, em Porto Alegre, a 5ª Conferência “A Solidariedade entre os Povos e a Luta Anti-imperialista” reuniu representantes do Brasil, Venezuela, Cuba, Índia, Porto Rico, Irã e Saara Ocidental em torno de uma agenda comum: a defesa da soberania, o enfrentamento ao fascismo e a construção de uma articulação internacionalista

diante das guerras, das sanções e das formas contemporâneas de dominação. O debate integrou a programação do evento, que mobilizou ativistas de mais de 40 países dos cinco continentes para discutir o avanço da extrema direita, do imperialismo e das formas de resistência popular no mundo.

Com a mediação da deputada Maria do Rosário (PT-RS), o debate partiu da ideia de que a solidariedade internacional precisa se expressar de forma concreta. “A solidariedade é sempre algo ativo” e “exige mais de nós do que palavras”, afirmou a parlamentar ao abrir o debate, relacionando o

tema ao avanço da extrema direita, à escalada das guerras e aos ataques contra povos soberanos.

A defesa de uma América Latina unida apareceu como um dos fios condutores da mesa. Em diferentes intervenções, os participantes apontaram que a região continua submetida a pressões econômicas, políticas e militares e sustentaram que a soberania regional depende de cooperação, integração e solidariedade efetiva entre os povos.

A deputada venezuelana Blanca Eekhout, presidenta do Instituto Simón Bolívar para a Paz e a Solidariedade com os Povos, resumiu esse diagnóstico ao afirmar

que “nós estamos diante dessa ação brutal do fascismo e do imperialismo contra a nossa América, contra a Venezuela, contra Cuba de maneira muito particular, mas uma ação contra toda a nossa América”.

Solidariedade a Cuba

A situação de Cuba foi um dos pontos de maior convergência no debate. O bloqueio imposto pelos Estados Unidos apareceu nas falas como símbolo da persistência de uma política de cerco contra experiências soberanas na região.

Socorro Gomes, do Cebrapaz e ex-presidenta do Conselho Mundial da Paz, destacou a resistência da ilha diante de décadas de sanções: “Cuba, uma ilha que tem uns 9 milhões de habitantes, pequena, que resiste há mais de 60 anos de bloqueio”.

Da Casa das Américas, o cubano Fernando Rojas defendeu que o apoio à ilha tenha densidade política: “A solidariedade com Cuba deve ser militante, não deve ser acrítica e não deve ser doce, não deve ser suavizada”.

Também o ex-senador porto-riquenho Rafael Bernabé associou a defesa de Cuba à luta continental: “A solidariedade com Cuba, para nós, é um dever e deve ser um eixo central da nossa luta anti-imperialista no presente”.

Acreditar nos jovens

Um dos momentos de destaque da mesa foi a intervenção de Hossein Khaliloo, do Centro Iman Al Mahdi de Diálogo no Brasil. Ao abordar o imperialismo como sistema de dominação que opera por múltiplas frentes — econômica, militar, cultural e midiática —, ele defendeu a necessidade de ruptura com mecanismos de dependência impostos pelas potências.

Ao mencionar a experiência iraniana, Khaliloo sintetizou sua posição em uma frase que concen-

trou o sentido político de sua fala: “um povo que acredita nos jovens de seu país consegue avançar”.

BRICS e a disputa por uma nova ordem internacional

O debate também abriu espaço para reflexões sobre os BRICS e o cenário multipolar. O indiano Sushovan Dhar, do CADTM, argumentou que o bloco pode contribuir para ampliar os espaços multilaterais, mas ponderou que suas contradições internas impedem que ele seja automaticamente adotado como alternativa emancipatória.

Já Ahmed Mulay, da Frente Polisário, citou os BRICS entre os fóruns internacionais que podem contribuir para ampliar o reconhecimento do direito do povo saaraui à autodeterminação.

Debatedores

Após as intervenções dos palestrantes, os debatedores foram ouvidos pelo plenário, que ficou lotado até o final. O ex-prefeito de Porto Alegre, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro das Cidades durante o primeiro governo Lula, Olívio Dutra, foi o primeiro a se manifestar e destacou o papel da juventude na continuidade das lutas democráticas, populares e anti-imperialistas, chamando a atenção para a necessidade de formar novas gerações comprometidas com a soberania dos povos. Segundo ele, “o imperialismo não é algo recente” e, por isso, fez um chamado aos presentes: “precisamos de movimento popular, de luta social, de povo na rua, de povo se organizando de forma autônoma, independente, mas se articulando”. O ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro concluiu afirmando que o “povo tem que ser sujeito e não objeto da política, para que a política não seja uma coisa ocasional,

eleitoral, passageira”.

Em seguida, Pedro Cesar Batista, da Internacional Antifascista – Capítulo Brasil, reforçou a importância de consolidar a articulação internacional antifascista como instrumento de enfrentamento à extrema direita e ao imperialismo em escala global. Ele resgatou a criação da Internacional Antifascista, em 2024, no Chile, explicando que ela é “plural, tem uma estrutura orgânica e tem uma tarefa que é derrotar o imperialismo, o fascismo, o sionismo, e o nazismo”.

O encerramento dos trabalhos contou com o forte apelo de Ahmed Mulay, representante da Frente Polisário, dirigido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à solidariedade internacional. Mulay lembrou que o Saara Ocidental é membro fundador da União Africana, mas que, apesar disso, “continuamos sendo a última colônia da África”. Ao reivindicar o direito inalienável de seu povo à autodeterminação, ele deixou uma mensagem ao governo brasileiro: “Estamos desejando que o Brasil, que o nosso querido presidente Lula, tome a mesma posição que tomou com a Palestina com o povo saaraui, e que reconheça a República Saaraui”, apelou ele.

Em suas palavras finais, a deputada Maria do Rosário reafirmou o compromisso da conferência com uma visão de mundo que rompa com as tutelas externas e com as limitações institucionais. Para a parlamentar, a construção de uma nova soberania exige repensar os próprios fundamentos do sistema político: “É preciso que a democracia não seja vista exclusivamente como a democracia liberal nos moldes que tantas vezes tentam impor aos povos”, finalizou.

A gravação desta mesa está disponível no canal do Youtube da Fundação Perseu Abramo e a programação completa está no canal do Youtube da Conferência.

Em Porto Alegre, 1ª Conferência Antifascista debate origem e desafios do avanço da extrema direita

Com representantes de organizações políticas da América Latina e Europa, discussão abordou estratégias de continuidade de domínio capitalista e insatisfação popular frente às crises econômicas

Claudia Rocha

A ofensiva da extrema direita no mundo, a ofensiva da extrema direita no mundo, suas causas, consequências e desafios foi o tema da primeira mesa de debates da 1ª Conferência Antifascista realizada em Porto Alegre, nos dias 26 a 29 de março.

A discussão faz parte do evento que reuniu delegações de diferentes países, com representantes de movimentos sociais e lideranças políticas progressistas com o foco em dialogar sobre caminhos para combater o crescimento da ideologia fascista no mundo.

Durante a tarde de quinta-feira (26), uma marcha percorreu o centro histórico da cidade com cerca de cinco mil manifestantes. A conferência marca os 25 anos de realização do Fórum Social Mundial na capital gaúcha.

Na sexta-feira (27), na parte da manhã, a mesa “A Ofensiva da Extrema Direita no Mundo: Causas, Consequências e Desafios” contou com a mediação do presidente interino da Fundação Perseu Abramo, Brenno Almeida.

Os palestrantes foram: Deputa-

da Sâmia Bomfim (PSOL/Brasil), Eric Toussaint (CATDM/Bélgica), Jorgelina Matusevicius (Vientos del Pueblo/Argentina), Ricardo Abreu de Melo (Fundação Maurício Grabois, Brasil), Estrella Galán (The Left/Galiza, Espanha), Valter Pomar (Fundação Perseu Abramo, Brasil).

Causas

O presidente do Comitê pelo Cancelamento da Dívida do Terceiro Mundo, Eric Toussaint, abordou uma série de causas e condições para o florescimento do fascismo, em especial na América Latina. Destacou o ciclo das ditaduras militares como um pilar para a ofensiva do grande capital até a chegada do período de auge do neoliberalismo.

Toussaint trouxe como ponto central a desesperança da classe trabalhadora e o endividamento das famílias e disse que a insegurança social e a atomização dos indivíduos são importantes para a ideologia fascista.

“Eles colocam o fascismo como uma solução para as pessoas a partir dos problemas que eles mesmos causam”, aponta o presidente do CADTM.

“Também é preciso olhar para as desilusões das classes populares com o modelo continuado por

experiências progressistas, que prolongaram políticas sociais liberais. Essa desilusão produz um terreno muito favorável para discursos como os de Trump, Milei, Bolsonaro”, completa.

Toussaint defende a reconstrução de um espaço internacional antifascista e antiimperialista, de convergência, com diálogo, capaz de convocar ações concretas, a exemplo do Fórum Social Mundial. “É nas ruas que vamos construir a resistência. Temos como desafio sair daqui com compromissos, temos que reunir os partidos, as juventudes, os sindicatos, movimentos antirracistas, lgbt+ nessa causa”, comenta o presidente da CADTM.

O coordenador do setor de Cooperação Internacional Fundação Maurício Grabois, do PCdoB, Ricardo Abreu de Melo, falou do surgimento do fascismo no período entre as guerras mundiais e os objetivos de destruição das bases fundamentadas a partir da União Soviética naquele momento.

O comunista destacou a relação do fascismo com o capitalismo e destacou que as crises do sistema econômico geram picos do avanço fascista, como no caso da grande depressão de 1929 e, recentemente, em 2008.

Para Melo, a decadência dos Estados Unidos e dos países da OTAN como únicas potências mundiais, além do desenvolvimento da China, favoreceram a reação da extrema direita, que ganham forças, não só na política, mas também no imaginário cultural da sociedade.

“O fascismo ganha força renovada no nosso tempo, ele não é circunscrito a um período temporal”, explica o representante do PCdoB.

“Depois de se estabelecer politicamente, o fascismo só foi derrotado militarmente, a partir de coalizões de forças políticas populares lideradas pela esquerda,

portanto o enfrentamento contra o neofascismo na etapa histórica atual tende a ser uma luta dura e prolongada, assim como no século XX, uma pela paz, antiimperialista e civilizatória, de caráter histórico e estratégico. Assim como no passado, podemos ser vitoriosos em várias regiões do mundo, inclusive na América Latina, mas em uma nova situação de ofensiva estratégica das forças políticas populares”, opina Ricardo Abreu de Melo.

Consequências

A dirigente política Jorgelina Matusевич, da frente Vientos del Pueblo, defendeu a ideia de soberania “das nossas vidas, dos nossos corpos, dos nossos territórios”. A militante argentina denunciou as violações dos direitos humanos do governo de Javier Milei e a necessidade de articulação política para fazer o enfrentamento.

Matusевич falou sobre a anestesia do movimento social nos últimos anos e salientou que a realização de reformas trabalhistas no mundo todo serviu para o capital aumentar a desigualdade e a fragmentação da classe trabalhadora.

“Se no fim dos anos 90, no Fórum Social Mundial, acreditamos que podíamos construir uma nova sociedade, um novo mundo possível, hoje é mais importante do que nunca pensarmos que é urgente e possível construir esse outro mundo se quisermos evitar a barbárie e a crueldade como projetos políticos”, argumenta.

A eurodeputada Estrella Galán, do The Left, saudou o acolhimento dos partidos PT, PCdoB e PSOL, lembrou dos europeus contrários às guerras e alertou sobre o genocídio em curso em Gaza, na Palestina.

Proveniente da Galiza, região da Espanha, Galán conta que foi responsável por encaminhar uma resolução condenando o avanço do neofascismo na Europa em

2018, e que hoje o projeto seria inviável de ser aprovado.

A eurodeputada citou que há três grupos políticos de extrema direita consolidados no parlamento europeu e enfatizou que um dos motivos para crescimento e a formalização das organizações foi a permissão de propagandas com discurso de ódio, que atinge principalmente a juventude. Para Galán, “é a juventude que tem que parar o fascismo”.

Desafios

Diretor da Fundação Perseu Abramo, Valter Pomar analisou as causas do crescimento da ideologia fascista a partir da crise do capitalismo, que geram polarização política. “A polarização gera insatisfação e para lidar com isso, os mecanismos institucionais, dos tempos de paz, já não funcionam bem, então o capitalismo é obrigado a instituir mecanismos extraordinários para os tempos de guerra”, comenta.

Para Pomar, a naturalização e o estímulo a todos os tipos de desigualdade, violência permanente, extremismo religioso e o imperialismo sem disfarces são os principais recursos utilizados pelo fascismo para sua expansão. “Isso não é novidade, aconteceu nos anos 20 e 30, em Portugal, Espanha, Japão, Alemanha, Itália, entre outros”, explica.

“Atualmente, a classe dominante dos Estados Unidos não tem outro instrumento para enfrentar a situação de busca pelo domínio, eles precisam fazer guerra”, comenta o diretor da Fundação Perseu Abramo. Ele citou ainda a importância da soberania militar nos países periféricos, além do trabalho de conscientização política da classe trabalhadora.

“Derrotar o fascismo hoje significa derrotar o imperialismo estadunidense, o que significa uma ameaça à sobrevivência de todo o capitalismo, e é por isso que as forças democráticas que são pró-capitalistas vacilam quando se trata da luta contra o fascismo e

contra o imperialismo. Somente a esquerda, só os socialistas podem ser consequentes e ir até o fim nessa luta”, afirma Valter Pomar.

“A luta pelos direitos, soberania, liberdades, desenvolvimento e pelo socialismo representa um desafio estratégico imenso combinado a diversos perigos táticos, é só observarmos o que aconteceu já na Venezuela, Palestina, Cuba, Irã”, ressalta.

A deputada federal Sâmia Bomfim, do PSOL, falou que além da crise do capitalismo há ainda o contexto de colapso ambiental em que estamos inseridos como uma camada de preocupação a mais perante as lutas a serem travadas nos próximos períodos. Ela pontuou o genocídio em Gaza como um laboratório, em perspectiva ao que pode ocorrer com países que ameaçam os interesses do sistema hegemônico.

“Está na hora de trazermos conceitos e definições que as últimas gerações não debateram tanto, como a noção de soberania, da unidade latino-americana e a compreensão de que nosso território é passível de dominação e exploração dos Estados Unidos”, comenta Sâmia Bomfim.

Ela destacou o tema das terras raras como algo que coloca o Brasil diretamente na mira dos interesses exploratórios do capitalismo atual. Para a deputada federal do PSOL, a reeleição do presidente Lula neste ano é central para barrar o avanço da extrema direita.

“Temos que aliar o calendário eleitoral com a construção programática e o enfrentamento ideológico”, afirma Bomfim, que cita o crescimento da ideologia conservadora no Congresso Nacional, com o número expressivo de 105 deputados do PL.

Como comentaristas das palestras, participaram Gabriel Portillo, que é coordenador da Frente Sindical León Duarte, do Uruguai, e Giovani Culau, vereador em Porto Alegre, ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes.



As ameaças da ultradireita e do imperialismo foram temas de debate na Conferência antifascista

Evento realizado em Porto Alegre analisou o histórico e as características do surgimento da atual extrema direita nas Américas

Rose Silva

O Brasil sob a Ameaça da Ultradireita e do Imperialismo foi o 4º tema debatido na I Conferência Internacional

Antifascista, realizada em Porto Alegre (RS), entre 26 e 29 de março. Participaram como palestrantes a professora da UFABC Jana Silverman (EUA), o eurodeputado João Oliveira (PCP), a presidenta do PCdoB, Nádia Campeão, o ex-governador do Rio Grande do Sul e representante do PT Tarso Genro, a presidenta do Psol, Paula Co-

radi, e o presidente do PSB (RS) Beto Albuquerque, com mediação do historiador Raul Carrion. Como debatedores, estiveram presentes o deputado estadual do Rio Grande do Sul Leonel Radde e a representante da Marcha Mundial das Mulheres Tica Moreno.

Genro analisou especificidades do fascismo brasileiro, que naturaliza a palavra delinquente entre as instituições e a grande mídia monopolista, e citou o momento determinante em que o ex-capitão expulso do exército brasileiro Jair Bolsonaro foi ao microfone para celebrar a tortura. "Em um estado de direito funcional que cumprisse suas promessas de combate ao

crime e ao fascismo, ele teria de ser preso, e não foi. Ou teria de ser degradado pela mídia, mas foi compreendido. Houve uma articulação político-midiática que naturalizaram o fato por meio da palavra, e foi o primeiro momento de inflexão da formação deste fascismo", pontuou.

Para Nádia Campeão, a extrema-direita todo o tempo esteve presente na história da constituição do país. A Ação Integralista Brasileira, no início da metade do século passado, embora com elementos contraditórios, baseava seu discurso em Deus, na pátria e na família, como Bolsonaro. "Vimos como foi a violência dos

golpes na América do Sul. E, por trás disso, já haviam os Estados Unidos, a Casa Branca, o Departamento de Estado estadunidense, também influenciando e patrocinando as ditaduras, como hoje patrocinam guerras em outros países. Para nós, a transição deixou resquícios do que nós chamamos de entulho autoritário e não desmantelou completamente o núcleo duro da ditadura, pois tivemos oficiais formados na doutrina da segurança nacional que permaneceram nas forças armadas e nas polícias, preservando uma memória autoritária e resistindo à punição dos crimes de tortura, desaparecimentos e execuções”, lembrou.

Paula Coradi ressaltou que para enfrentar a direita é necessária uma articulação internacional que compartilhe experiências e ajude a pensar de forma coletiva. “A extrema-direita brasileira é heterogênea e representada por diversos segmentos, entre os quais o bolsonarismo compõe o grupo hegemônico. Também temos o setor dos coach-picaretas, como Pablo Marçal, expressão de um setor muito conectado com o viés econômico altamente liberal. E existe uma parte da extrema-direita que quer a total destruição do Estado, não só por um projeto econômico ultraliberal, mas também porque está ligada a todo tipo de crime que a gente possa imaginar, que vai de madeira e garimpo ilegal a ocupações do território. Não à toa o Congresso Nacional, durante esses quatro últimos anos, teve como um de seus principais projetos justamente facilitar esse tipo de acesso com o marco temporal e outras medidas”, afirmou.

A professora da UFABC Jana Silverman (EUA) falou sobre a relação dos EUA com o Brasil na conjuntura atual, em pleno auge do neofascismo. “Primeiro, é importante lembrar que o fascismo

está no próprio DNA do Brasil e dos Estados Unidos. Tudo o que tem a ver com o legado da escravidão, o extermínio dos povos indígenas, o racismo institucional, estrutural e histórico marca os dois países. E temos agora o surgimento de um neofascismo e uma extrema-direita que são produtos também da ditadura militar e do macarthismo nos Estados Unidos, ou seja, o anticomunismo. Nesse contexto, vemos o surgimento de uma ação mais moderna, em teoria mais palatável, o que a torna mais perigosa, porque entra nas instituições políticas democráticas para miná-las por dentro e normalizar sua existência, seu “direito de contestar o poder em nossos países”, observou.

O eurodeputado João Oliveira, do Partido Comunista Português, afirmou que o momento atual é marcado pela crise estrutural do capitalismo e pela ofensiva exploradora e agressiva do imperialismo, que procura contrariar o declínio relativo dos Estados Unidos e das potências capitalistas do G7 e manter seu domínio hegemônico. De outro lado, é uma situação que mostra a resistência e a luta dos trabalhadores dos povos e o desenvolvimento de um amplo processo de rearrumação de forças no plano mundial. “Considero que tratamos de uma correlação de forças que, em nível internacional, seja mais favorável aos trabalhadores e aos povos. E o imperialismo recorre a instrumentos que não são novos e que já vimos no passado”, pontuou.

Para ele, o fascismo hoje tem particularidades, mas no essencial continua a ser o mesmo do século XX: um instrumento do capital como uma expressão mais violenta e agressiva sobre os trabalhadores para procurar impor o controle e o domínio dos monopólios e do imperialismo à escala global. “Não é possível enfrentar e derrotar o fascismo sem enfren-

tar e derrotar o neoliberalismo, porque essas são duas faces da mesma moeda. “Por isso, na luta contra o fascismo temos de integrar a luta contra o neoliberalismo, pois são expressões dos mesmos fundamentos”.

O presidente do PSB, Beto Albuquerque, observou que, se olharmos para trás, na história do mundo, as lideranças que se alinharam à ditadura, ao fascismo é à negação de direitos foram muito militares. “Hoje, a construção do fascismo se dá por dentro, inclusive, da democracia, das eleições, das composições de governos. Vivemos uma ameaça rotunda contra a democracia, que, em primeiro lugar, é um direito. Não apenas um espaço onde eu posso votar, ser eleito ou não.

Ter o meu partido, organizá-lo, buscar novas filiações, participar do ativismo de esquerda necessário para as transformações. Na realidade, a democracia é um corte na atualidade, a ser usado para irmos contra o avanço anticivilizatório que acontece no mundo todo”, afirmou.

E destacou que no mundo praticamente não se vê mais o coletivo, apenas o individualismo. “A quebra da concepção de coletividade fez que todos nós ficássemos ainda mais expostos e enfraquecidos. Os aplicativos, as bets, todos esses instrumentos recentes servem para cada vez mais tornar individual a convivência da sociedade e explorá-la”, disse.

O deputado Leonel Radde mencionou o assassinato de Marielle Franco como um acontecimento que representa o risco à democracia nas eleições de 2026. “Ela foi assassinada com Anderson Gomes, às 21h30, e eu atuava na divisão de homicídios aqui de Porto Alegre. Às 8h30 da manhã seguinte já existiam pelo menos 4 ou 5 versões, todas indicando que a Marielle tinha vinculação com o Comando Vermelho, com Marci-



nho VP, fotos, vídeos distorcidos de outros parlamentares dizendo quem era ela, montagens e fake news em cima do ocorrido. E já tinha se formado uma opinião dentro das forças de segurança. A partir de então, foram meses de investigação não resolutivas”, relembrou.

“Um dos assassinos de Marielle Franco, Ronnie Lessa, morava no condomínio de Jair Bolsonaro, e o outro, Élcio Queiroz, foi buscá-lo no condomínio do Jair Bolsonaro, que tinha tinha fotos e homenagens a esses dois indivíduos. Então, essa eleição de 2026 não é disputa entre a democracia e os racistas e misóginos, não é apenas sobre nossa disputa ideológica por mais direitos e proteção contra o feminicídio. Estamos lidando, além de tudo isso, com uma facção criminosa”, afirmou.

E lembrou que no Rio de Janeiro, o ex-deputado estadual TH Joias e o deputado licenciado Rodrigo Bacelar, ex-presidente da Assembleia Legislativa, futuro candidato a governador do estado do Rio de Janeiro, foram indicados por Flávio Bolsonaro, ambos presos por envolvimento com o

Comando Vermelho. Além disso, acusou Cláudio Castro, governador bolsonarista, pelo desvio de trezentos milhões de reais. “Todos eles são vinculados ao crime organizado. Inclusive, é o caso do Banco Master. Estamos lidando com esse tipo de criminoso, com os assassinos de Marielle Franco, porque todos eles estão envolvidos, se não como mandantes, tinham relações estruturantes e estruturais que permitiram esse assassinato. Estamos lidando com uma facção criminosa que quer novamente tomar conta do poder central do nosso país”.

A representante da Marcha Mundial de Mulheres Tica Moreno, disse que enfrentar a extrema direita neste momento de uma crise estrutural é um conflito do capital contra a vida, as condições objetivas que tornam a vida possível. “Isso significa o avanço do capital das empresas transnacionais sobre os nossos territórios, a natureza, a extração dos recursos naturais, nossos bens comuns, nosso trabalho, o avanço sobre os nossos corpos e o uso da violência e da militarização como instrumentos”, afirmou.

Para ela, em tempos de extrema precarização das condições de vida, do trabalho, temos o trabalho doméstico de cuidados cotidiano que a maior parte das mulheres faz como um colchão que ameaça a violência desse sistema. “Quando a gente fala sobre a família e entende o lugar da família no projeto fascista, não estamos falando só de valores, mas também das condições objetivas para que o aprofundamento do conflito do capital contra a vida possa avançar. O fato de que quatro mulheres foram assassinadas por dia em 2025 por serem mulheres não é um efeito colateral do sistema. Não é pouca coisa que as redes sociais, as “big techs”, essas que são pilar do governo Trump, estão monetizando a misoginia. E a gente não vai enfrentar isso sem um projeto de país, concluiu.

O vídeo completo da mesa está disponível no canal da Fundação Perseu Abramo no Youtube. No canal da Conferência Antifascista é possível assistir ao evento completo.

Carta de Porto Alegre: unidade contra o fascismo e pela soberania dos povos

O sistema capitalista-imperialista vive uma profunda crise e uma acentuada decadência econômica, social e moral.

Redação Focus Brasil

(Leia abaixo o documento na íntegra)

Reunidos em Porto Alegre – cidade símbolo das lutas internacionais, de importantes tradições e aspirações democráticas – milhares de ativistas de mais de quarenta países dos cinco continentes, celebrando nossa unidade na diversidade, buscando avançar na organização para a resistência e o combate aos variados fascismos, a extrema direita e o imperialismo em sua fase mais agressiva.

Nessa mesma semana, ocorreu o comboio Nuestra America a Cuba, tivemos mais de um milhão de pessoas nas ruas da Argentina, lutando pela memória e contra Milei; houve centenas de milhares na convocação antifascista do Reino Unido e especialmente a grande e histórica manifestação “No Kings” nos Estados Unidos que com milhões de estadunidenses reunidos em centenas de cidades, declarando uma vez mais Trump como inimigo da humanidade.

O sistema capitalista-imperialista vive uma profunda crise e uma acentuada decadência econômica, social e moral. A resposta das potências imperialistas ao seu declínio tem sido o fomento do fascismo em toda parte, a imposição de políticas neoliberais, agressões militares às nações mais fracas e a sua recolonização.

Em cada país, as ameaças fascistas e neoliberais assumem

formas particulares, mas têm pontos em comum: a eliminação das liberdades democráticas, a destruição dos direitos trabalhistas, a explosão do desemprego estrutural, o desmantelamento da previdência social, a repressão às entidades sindicais e populares, a privatização dos serviços públicos, políticas de “austeridade” que eliminam todo e qualquer investimento social, o negacionismo científico e climático, a expropriação dos camponeses em benefício da agroindústria, o deslocamento forçado das populações originárias para promover o extrativismo desenfreado, políticas migratórias ultra-restritivas e enorme aumento de despesas militares.

A extrema direita e as forças neofascistas desenvolvem uma ampla ofensiva, que instrumentaliza o descontentamento com as consequências desastrosas do neoliberalismo para acelerar essas políticas. Para isso, à semelhança do fascismo clássico, procuram direcionar esse descontentamento contra os grupos oprimidos e despossuídos: migrantes, mulheres, pessoas LGBTQIA+, beneficiários de programas de inclusão, pessoas racializadas e minorias nacionais ou religiosas. O nacionalismo exacerbado, o racismo, a xenofobia, o sexismo, a LGBTQIA+fobia, a incitação ao ódio e a banalização da crueldade acompanham o avanço da extrema direita em cada etapa, de acordo com as peculiaridades de cada país.

A vontade de acumular riqueza nas mãos do capital, a busca desenfreada pelo lucro máximo que sustenta as políticas da extre-

ma direita, também se manifesta pela intensificação das agressões imperialistas para monopolizar recursos e explorar populações.

O imperialismo torna-se cada vez mais desenfreado, agressivo e belicista, atropela o Direito Internacional, a Carta da ONU e a autodeterminação dos povos, sanciona, ataca e bombardeia as nações que não se submetem aos seus ditames, sequestra e assassina seus Chefes de Estado.

Isso vai de par com a perpetuação de situações coloniais que no caso da Palestina assume a forma de um genocídio explícito em Gaza, orquestrado pelo Estado sionista de Israel, apoiado incondicionalmente pelos Estados Unidos, com a cumplicidade dos demais países imperialistas. Além disso, Israel acaba de invadir e bombardear de forma criminosa o Líbano e afirma que anexará o sul do país.

Lutamos contra todos imperialismos e apoiamos a luta dos povos por sua autodeterminação, por todos os meios necessários.

A extrema direita, além da cumplicidade com o governo genocida de Netanyahu, tece laços internacionais, realiza congressos, think tanks, declarações conjuntas, apoio mútuo nos processos eleitorais, colaboração e programas de propaganda e desinformação. Além do apoio direto (ou velado) das chamadas Big Techs, desestabilizando governos que resistem ao império e potencializando a propaganda reacionária nos meios digitais.

As forças que combatem a ascensão da extrema direita são diversas e apresentam diferentes análises, estratégias e táticas,

programas e políticas de aliança. A experiência nos ensina que embora reconhecendo essas diferenças, é essencial articular de forma unitária a luta contra os nossos inimigos. Essa convergência deve incluir todas as forças dispostas a defender as classes trabalhadoras, os camponeses, os migrantes, as mulheres, as pessoas LGBTQIA+, as pessoas racializadas, as minorias nacionais ou religiosas oprimidas e os povos indígenas; a defender a natureza contra o capitalismo ecocida; a combater as agressões imperialistas e coloniais, independentemente da sua origem; lutar pelo fim da OTAN e a apoiar a luta dos povos e governos que resistem. É urgente compartilhar análises, fortalecer laços e realizar ações concretas.

Além de resistir ao fascismo e ao imperialismo, almejamos também construir as bases para avançar, em nossas convergências em aspectos centrais e unitários. Para combater o autoritarismo, é preciso resgatar, ampliar e aprofundar os direitos democráticos com base na participação popular, desde o local até o nacional e nos organismos internacionais. Afirmamos a relevância do mundo do trabalho, propomos impulsionar iniciativas conjuntas para organizar a resistência global contra as violências fascistas e a precarização neoliberal. A defesa de um futuro sustentável passa pelo enfrentamento direto ao ecocídio promovido pelo capitalismo e por governos de extrema direita, que tratam a natureza como mercadoria e desmontam a proteção ambiental em nome do lucro. Destacamos a importância da Reforma Agrária como a saída necessária para soberania alimentar.

Nunca como hoje a luta contra o imperialismo e o fascismo foi tão atual e necessária. Essa luta precisa ser articulada internacionalmente. A Conferência Antifascista e pela soberania dos povos

compromete-se a continuar a luta sem descanso e como espaço de construção de unidades contra a ascensão da extrema direita e as agressões imperialista. Diante da barbárie, levantamos a bandeira da solidariedade internacional, da luta dos povos e de um futuro socialista, ecológico, democrático, feminista e antirracista.

PROPOMOS:

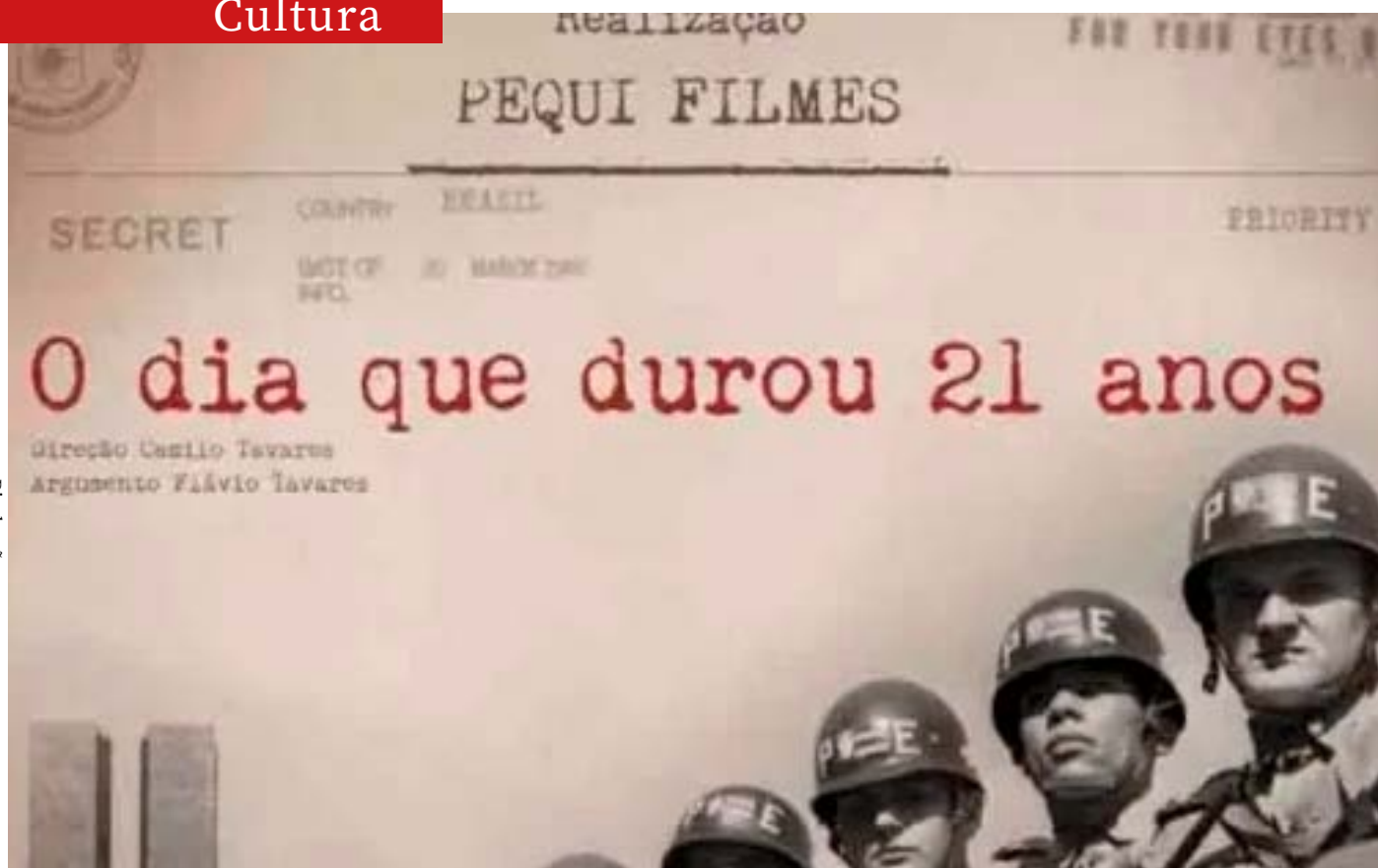
- O Comitê Internacional, articuladamente com o Comitê e nação local, fica responsável por: organizar o planejamento da próxima Conferência; propor critérios e iniciativas para inclusão de novas organizações.
- Tendo em conta a existência de inúmeras organizações e associações voltadas à luta contra o fascismo e o imperialismo, propomos a constituição de uma mesa de articulação internacional para unificar globalmente essa luta e o incentivo à realização de conferências regionais e nacionais antifascistas e anti-imperialistas, com o propósito de realizar uma 2ª Conferência Internacional Antifascista e pela Soberania dos Povos.
- Todas as organizações participantes desta Conferência, desde que não se manifestem em contrário são automaticamente, participantes dessa carta.
- Apoiar a construção de uma conferência latino-americana na Argentina, em data e formato a serem propostos pela delegação e organizações argentinas, em diálogo com o comitê internacional.
- Apoiar uma conferência regional na América do Norte envolvendo organizações do México, Estados Unidos, Canadá, Caribe e América Central.
- Apoiar a Flotilha Nova Global Sumud Flotilha, que novamente busca romper o cerco e denunciar o genocídio de Gaza. A luta do povo Palestino- em Gaza e na

Cisjordânia- é a causa da humanidade. Apoiamos a solidariedade ativa materializada em espaços e movimentos como o BDS.

- Solidariedade à Cuba contra o criminoso bloqueio promovido pelos Estados Unidos, ameaçada de agressão à sua soberania. Apoio à todas as iniciativas de solidariedade, como foram as recentes iniciativas de flotilha para a ilha.
- Repúdio à invasão da Venezuela e ao sequestro e prisão do presidente Nicolas Maduro e da deputada Cilia Flores e apoio à luta pela sua libertação.
- Repúdio ao ataque militar ao Irã pelos Estados Unidos e Israel. Respeito à autodeterminação do povo iraniano, fim das sanções unilaterais.
- Defesa da independência e autodeterminação e soberania de todos os territórios sob ocupação colonial e imperialistas.
- Denunciar a interferência estrangeira no Haiti, apoiando a luta do seu povo.
- Apoio à luta da Frente Polisário pela independência do Shara Ocidental, direito reconhecido pela ONU.
- Apoio à luta do povo porto-riquenho pela autodeterminação e independência.
- Apoio ao encontro anti-OTAN na Turquia em 2026.
- Apoio a Contra-cúpula do G7 na França e Suíça em junho de 2026.
- Apoiar as iniciativas contra o negacionismo climático, como as jornadas e encontros ecosocialistas que estão se organizando.
- Apoiar e construir o próximo Fórum Social Mundial no Benin, em agosto de 2026.

DERROTAR OS FASCISMOS E O IMPERIALISMO É TAREFA URGENTE DE NOSSA ÉPOCA

Porto Alegre, 29 de março de 2026.



62 anos do golpe de 1964: cinco documentários para entender a ditadura militar no Brasil

Documentários sobre a ditadura militar revelam diferentes perspectivas de um dos períodos mais cruéis da história do país

Henrique Nunes

No ano em que o Brasil relembra os 62 anos do golpe de 1964, o país volta a se deparar com um paradoxo incômodo: ao mesmo tempo em que acumula registros, testemunhos e produções culturais sobre a violência de Estado, ainda convive com tentativas recorrentes de apagar ou distorcer essa memória.

Em um país que já elegeu uma ex-guerrilheira, presa política e

torturada pela ditadura militar, à Presidência da República, Dilma Rousseff, em 2010, a disputa pelo passado segue sendo também uma disputa pelo presente. Neste embate, lembrar é também um ato político.

Embora escrita antes das grandes tragédias políticas do século 20, a frase do filósofo George Santayana ajuda a entender por que lembrar o golpe de 1964 ainda é uma tarefa urgente no Brasil.

“Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”, escreveu o autor em *A Vida da Razão*, de 1905.

62 anos do golpe e o cinema

No Brasil, lembrar o passado é um desafio à parte, sobretudo quando o calendário aponta para os dias 31 de março e 1º de abril. Foi na passagem entre essas duas datas que o então presidente João Goulart acabou deposto a partir de uma insurreição militar, com apoio da elite e da imprensa hegemônica, abrindo caminho para o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumir o poder à revelia da vontade do povo.

O que se seguiu ao longo de 21 anos está registrado nos livros de

história, ainda que parte da população, estimulada por representantes da extrema direita, insista em relativizar ou negar os fatos. Para enfrentar essa distorção e manter a denúncia das atrocidades do regime, há materiais didáticos, livros, romances e documentários.

No caso do audiovisual, há

uma particularidade importante. Para além do caráter investigativo, o cinema de não ficção nacional possui exemplares que passeiam entre o recorte biográfico de personagens esquecidos pela história oficial e o compilado de depoimentos de mulheres que participaram do regime e que foram invisibilizadas.

Do clássico *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, ao acadêmico *Memórias Femininas na Luta contra a Ditadura*, os documentários feitos desde então ajudam a enfrentar a desinformação e a manter a denúncia contra as atrocidades do regime.

A seguir, cinco obras indispensáveis para entender as múltiplas faces da ditadura militar no Brasil.

Documentários sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar no Brasil



Jango (1984)

Direção: Sílvio Tendler

Produção: Caliban

Produções

Cinematográficas

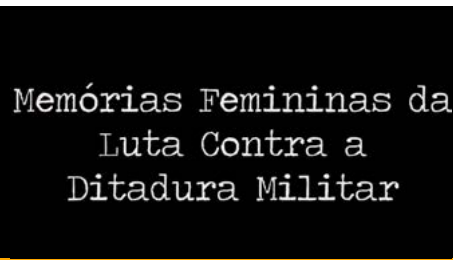
Um dos documentários mais conhecidos sobre o período, reconstrói a trajetória de João Goulart até sua queda. Com amplo uso de imagens de arquivo e entrevistas, o filme articula o contexto da Guerra Fria, a crise política interna e a atuação de setores civis e militares que levaram ao golpe.

O Dia que Durou 21 Anos (2012)

Direção: Camilo Tavares

Produção: Pequii Filmes

Documentário que expõe a participação dos Estados Unidos no golpe, com base em documentos oficiais e gravações inéditas. O filme evidencia como interesses geopolíticos influenciaram decisivamente a ruptura democrática no Brasil.



Memórias Femininas na Luta contra a Ditadura (2015)

Direção: Maria Paula Araújo

Produção: Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF)

Reúne depoimentos de mulheres que participaram da resistência ao regime militar, trazendo à tona experiências frequentemente invisibilizadas. O documentário amplia a compreensão do período ao incorporar perspectivas de gênero, destacando o papel feminino na luta política e os impactos específicos da repressão sobre essas militantes.



1964: Um Golpe Contra o Brasil (2012)

Direção: Alípio Freire

Produção: TVT / Fundação Perseu Abramo

Amplamente utilizado em contextos educativos, o filme apresenta uma leitura histórica do golpe, destacando o papel das elites econômicas, da mídia e das tensões ideológicas da época. Busca explicar como se construiu o ambiente político que permitiu a derrubada de um governo eleito.

Cabra Marcado para Morrer (1984)

Direção: Eduardo Coutinho

Produção: Mapa Filmes

Iniciado antes do golpe e interrompido pela repressão, o filme foi retomado anos depois e se transformou em um marco do documentário brasileiro. Ao acompanhar a história do líder camponês João Pedro Teixeira e de sua família, revela como a violência política afetou diretamente trabalhadores rurais e a memória social do país.



Genocídio na Faixa de Gaza ainda está em curso, denunciam especialistas

Extermínio da população palestina promovido por EUA e Israel foi tema de uma das mesas da 1ª Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, no sábado (28), em Porto Alegre

Henrique Nunes

A política imperialista dos Estados Unidos e seus aliados têm usado como uma de suas estratégias a lógica do “esquecimento”: substitui um ataque por outro na tentativa de dissipar as críticas e manter o seu poderio em diversas partes do globo. Hoje, com o foco da cobertura da imprensa na guerra de Donald Trump e Benjamin Netanyahu (presidente de Israel) ao Irã, os problemas na Palestina ficaram em segundo plano e estão sendo pouco noticiados – embora ainda estejam longe de acabar.

Diante disso, é urgente manter a denúncia contra a crise humanitária causada na Faixa de Gaza por EUA-Israel, com mais de 81 mil mortes e a destruição quase completa da infraestrutura na região. Este foi um dos pontos abordados durante a 1ª Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, no sábado (28), em Porto Alegre. Mediada por Gabi Tolotti, presidenta do PSOL-RS e integrante da Global Sumud Flotilla, a atividade reuniu vozes internacionais e brasileiras que denunciaram o genocídio em curso e a sua ligação direta com discursos extremistas de movimentos como Fascismo e Nazismo.

O encontro teve a participação

do presidente da Federação Árabe Palestina (Fepal) Ualid Rabah, do embaixador da Palestina no Brasil, Marwan Jebril, do embaixador da Liga Árabe, Ibrahim Alzeben, do jornalista Breno Altman (Ópera Mundi), do ativista Thiago Ávila (Global Sumud Flotilla), da professora Muna Muhammad Odeh (ANDES-SN) e da ativista Mauren Mantovani (BDS). A atividade também foi marcada por apresentações culturais dos grupos Terra e Guapas 60+, com danças tradicionais palestinas.

Embora os ataques ao Irã iniciados há pouco mais de um mês tenham feito a imprensa internacional “esquecer” o extermínio em massa na Palestina, eles fazem parte de um mesmo projeto:



ampliar o poderio dos EUA e Israel em todo o Oriente Médio. “A questão palestina é a régua moral e geopolítica do mundo. É a régua moral porque divide a parte sã da humanidade da parte doente, porque nos permite ver quem está do lado certo e quem está do lado errado da história. Mas também é a régua da justiça, porque a consolidação do regime sionista é uma peça essencial da estratégia imperialista”, avaliou Breno Altman.

Já Ibrahim Alzeben reiterou a importância de manter a mobilização global contra o genocídio em Gaza e ampliar as denúncias de novos ataques humanitários ocorridos todos os dias mesmo com o anúncio de um suposto cessar-fogo – que, para ele, nunca se confirmou de fato. “Transmito o carinho de mais de 400 milhões de árabes que amam a Palestina e peço que sigamos na luta para denunciar os crimes cometidos contra a população de Gaza”.

O embaixador da Palestina, Marwan Jebril, acredita que ampliar a solidariedade internacional é fundamental para enfraquecer politicamente os autores da guerra. “As mobilizações ao redor do mundo ajudam a sustentar a resistência, especialmente em momentos de desgaste. Importante ressaltar que não há trégua efe-

tiva e que mortes ocorrem diariamente na região. Por isso, quando às vezes nos faltam forças, vemos tantas bandeiras da Palestina, tantas pessoas mobilizadas, e isso nos dá ânimo, esperança e fé para seguir nesse caminho de resistência”, afirmou.

Fase avançada do fascismo

Ualid Rabah, líder da resistência palestina no Brasil por meio da Fepal, vê um novo padrão de violência com os ataques na região. “É o maior extermínio de crianças da história em termos proporcionais. É o ataque às mulheres, aos ventres. É a primeira tentativa de colapsar a capacidade reprodutiva de toda uma sociedade.”

Rabah avalia, ainda, que os ataques recentes à Palestina começaram antes mesmo da segunda gestão de Donald Trump (Biden já havia oferecido apoio a Israel para combater o Hamas), mas agora inauguram uma fase avançada do fascismo, definida por um “totalitarismo genocidário”. “É a primeira ideologia colonial que resolve exterminar toda uma população originária como objetivo. Ainda assim, eles não conseguiram cumprir esse objetivo até hoje. Essa é a principal vitória palestina.”

Boicote e sanções

Quem também reforçou a ideia de que há uma política fascista em curso foi Mauren Mantovani, da BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções), campanha global, liderada por palestinos desde 2005, que busca pressionar Israel sobretudo economicamente e que exige o fim da ocupação dos territórios palestinos.

“Quando hoje se fala do novo fascismo, tem que falar de Israel. O país não apenas aplica práticas de dominação sobre o povo palestino, como também exporta tecnologias e métodos repressivos para outras regiões, inclusive a América Latina. O boicote internacional precisa ser uma ferramenta concreta de enfrentamento”.

A professora Muna Muhammad Odeh aposta na mesma estratégia de “forçar o rompimento de relações diplomáticas, comerciais e de todos os tipos com Israel”, já que o “uso massivo de armamentos modernos, bombardeios intensos, bombas de grande potência e munições altamente destrutivas” levam o conflito para outro patamar de destruição. Muna foi uma das que criticaram a falta de cobertura da imprensa internacional sobre o que tem ocorrido em Gaza desde o início da guerra no Irã.

Por fim, Thiago Ávila, relembrou a importância de ampliar a mobilização internacional e que, embora ainda de maneira pontual, ela já tem apresentado resultados positivos. “Cada pessoa que se mobilizou ajudou a derrotar planos que previam a expulsão em massa do povo palestino. Essas ações demonstram capacidade real de enfrentamento ao projeto imperialista”.

O militante também criticou a narrativa da existência de um cessar-fogo na região. “Estamos falando de uma população cercada, sob ataque constante. Isso não é cessar-fogo, isso é tecnofascismo.”



EUA realizaram mais de 3 mil atos contra Trump no último final de semana

Manifestantes se mostraram contrários à política anti-imigração e pediram o fim da guerra contra o Irã

Redação Focus Brasil

Milhares de manifestantes tomaram as ruas em diversas cidades dos Estados Unidos neste sábado (28) para protestar contra as políticas do governo de Donald Trump. A manifestação, batizada de “No Kings” (sem reis, em português), mobilizou participantes em mais de 3 mil protestos oficiais organizados simultaneamente em todo o país. Os dados são da Agência Reuters.

Ainda não há uma estimativa oficial, mas a expectativa é que ao menos 9 milhões de estadunidenses se juntassem aos atos que

ocorrem em todos os estados do país. Entre as pautas defendidas pelos manifestantes estava a luta contra política anti-imigração dos EUA, intensificada com o retorno de Trump em 2025, e que foca na deportação em massa, restrições rigorosas na fronteira e limites à imigração legal.

No entanto, ao contrário dos atos anteriores, os ocorridos neste final de semana tiveram como destaque principal críticas à guerra promovida pelos EUA e Israel contra o Irã. As marchas, coordenadas sob a bandeira No Kings, apontam uma escalada autoritária do republicano e criticam o governo pela guerra do Irã (e o consequente impacto no preço da gasolina).

O conflito completou um mês

hoje, com um saldo de milhares de mortos, principalmente no Irã e no Líbano, além de prejuízos à economia mundial e a maior interrupção já registrada no fornecimento global de energia.

Pesquisas de março de 2026, como a da Reuters/Ipsos, mostraram que apenas um em cada quatro americanos (27%) aprovava a ofensiva contra o Irã. Outra pesquisa, da CNN, apontou 59% de reprovação ao conflito.

O “No Kings” se consolidou como principal movimento de contestação desde o retorno do republicano à Casa Branca. O termo, segundo os organizadores dos atos, faz referência aos princípios democráticos e antiautoritários sobre os quais os EUA foram fundados, e que, segundo os manifestantes, Trump ignora.



01/04/1955

A construção de Brasília: Uma capital no interior

Brasília foi sonhada durante mais de dois séculos, com projetos esboçados ainda na fase colonial. Uma capital no interior do país garantiria a soberania nacional sobre os vastos territórios des povoados, proporcionaria mais segurança política e, principalmente, interiorizaria o desenvolvimento, até então restrito ao litoral.

José Bonifácio de Andrada e Silva, presidente da Assembleia Constituinte de 1823, incluiu a mudança da capital entre as prioridades nacionais. A Assembleia, porém, foi dissolvida pelo imperador Pedro 1º, e o assunto só seria retomado em 1891, na primeira Constituição da República, que fixou como meta a transferência da capital. Disso resultou, em 1892, a criação da Missão Cruls — grupo de 21 cientistas, técnicos e engenheiros chefiado pelo geógrafo belga Louis Cruls e encarregado de explorar e conhecer a região. O

grupo demarcou uma área de 14,4 mil quilômetros quadrados, chamado de “Quadrilátero Cruls”, que abrigaria o futuro Distrito Federal. O relatório, entretanto, foi engavetado.

O presidente Getúlio Vargas debruçou-se duas vezes sobre a ideia. Primeiro no Estado Novo, quando lançou, na década de 1940, a Marcha para o Oeste, mas acabou cedendo a outras prioridades. A proposta reapareceria no artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 1946. Em 1953, Getúlio, já presidente eleito, criou a “Comissão de Localização”, presidida pelo general José Pessoa, que iria a campo no turbulento ano de 1954, concluindo seus trabalhos já no governo de Café Filho. Pessoa alterou o quadrilátero fixado por Cruls.

Não foi accidental, portanto, o episódio apontado como decisivo para a realização do velho sonho. Candidato a presidente, Juscelino

Kubitschek participava de um comício na cidade goiana de Jataí, em 4 de abril de 1955. Do meio do povo, um popular o interrompeu com uma pergunta: já que o candidato falava tanto em cumprir a Constituição, cumpriria o artigo que previa a mudança da capital para o Planalto Central? Era Toniquinho da Farmácia, então com 28 anos. Juscelino titubeou por um momento, mas assumiu o compromisso. Os técnicos que elaboravam seu Plano de Metas foram surpreendidos pela inclusão da chamada meta-síntese, a construção de Brasília em apenas quatro anos. Eleito, o presidente deu início à epopeia que seria uma das maiores provas da capacidade realizadora dos brasileiros.

Anos mais tarde, JK diria que o projeto só não foi barrado pela oposição porque a UDN apostava no fracasso da empreitada, cujo efeito seria seu enterro político.



30/03/1964

1964 - No último discurso, Jango antevê golpe

O líder camponês João Pedro Teixeira cai numa emboscada e é baleado nas costas — três tiros de fuzil, disparados por policiais trajados de vaqueiros, a soldo de proprietários rurais de Sapé, na Paraíba.

Vice-presidente das Ligas Camponesas da região, João Pedro havia sido chamado a João Pessoa para tratar de um processo que o fazendeiro Antônio José Tavares movia contra ele, mas só foi avisado de que a reunião fora cancelada.

A caminho de casa, desceu do ônibus e tomou um caminho ermo. Foi morto nas proximidades de Café do Vento, com três tiros nas costas, a mando de Tavares e dos fazendeiros Aguiinaldo Veloso Borges e Pedro Ramos Coutinho. A reunião na capital era falsa, apenas um pretexto para que João Pedro passasse pelo local planejado para a tocaia.

O líder camponês vivia sob ameaças constantes desde 1955, quando organizou o Encontro dos Camponeses de Sapé. Enfrentou várias situações de perigo depois que passou a liderar reuniões de

trabalhadores rurais que questionavam a prática do cambão — a obrigatoriedade de dias de trabalho sem remuneração nas terras dos proprietários.

João Pedro era um “cabra marcado para morrer” desde que ajudou a fundar as Ligas Camponesas de Sapé e se tornou seu vice-presidente e representante das Ligas Camponesas da Paraíba. Sua casa era frequentemente alvo de disparos de armas de fogo. A morte fora anunciada.

Aqueles três tiros, todavia, não encerraram a história de João Pedro. O cineasta Eduardo Coutinho faria um documentário sobre sua vida e morte, com financiamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Movimento de Cultura Popular (MCP).

As filmagens de “Cabra Marcado para Morrer”, iniciadas em 26 de fevereiro de 1964, foram interrompidas 35 dias depois pelo golpe militar. Coutinho retomou o documentário no início da década de 1980 e o lançaria em 1984.

Elizabeth Teixeira, companheira de João Pedro, nunca deixaria de lutar para levar adiante seu legado.

31/03/2008

Centrais sindicais já têm amparo legal

O movimento sindical conquistou uma importante vitória, com a aprovação da Lei nº 11.648/2008, que, após décadas de luta, finalmente dá regulamentação legal às centrais sindicais.

As centrais já figuravam como as maiores entidades representativas dos trabalhadores na organização sindical do Brasil, mas, por ausência de legislação específica, não tinham respaldo legal que garantisse a execução dos acordos firmados. Também não podiam representar na Justiça os trabalhadores filiados a elas.

Na nova legislação, foram delineados os requisitos de representatividade que conferiam às centrais legitimidade perante órgãos públicos, entre eles:

- Filiação de no mínimo 100 sindicatos distribuídos por todas as regiões do país
- Filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica
- Filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional

A polêmica maior girou em torno da contribuição sindical compulsória — que acabou mantida, sob o argumento de que ela gera recursos essenciais para a manutenção das entidades representativas dos trabalhadores.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda